

Direitos humanos

As transformações por que passa o planeta neste fim de século impõem abordagens novas à questão sempre presente dos direitos humanos. Há quatro dias Brasília sedia o I Congresso Internacional de Direitos Humanos, que se encerra hoje, patrocinado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Personagens de projeção nacional e internacional — alguns agraciados com o Prêmio Nobel — discutem a abrangência que o tema adquire diante da nova ordem mundial, pós-globalizada.

É relevante registrar que a maioria dos expositores insiste no vínculo entre processo econômico e direitos humanos. E questiona a soberania do mercado, na óptica do liberalismo clássico e do neoliberalismo presente, como instância capaz de atender, de maneira plena, aos direitos básicos do homem. Há consenso de que o Estado, devidamente reciclado, tem relevante papel a desempenhar na questão.

Como bem frisou o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, um dos expositores, direitos humanos vão além da simples garantia de que ninguém será torturado. É preciso assegurar também condições para que todos tenham acesso aos bens da civilização e da cultura.

Criança fora da escola, por exemplo, é violência contra um direito básico do ser humano, que é o do aprendizado. Essa distorção, presente em graus alarmantes no Terceiro Mundo — exatamente onde mais cresce a população mundial —, é subproduto de um sistema econômico excludente e concentra-

dor, que o processo de globalização, nesta fase inicial de implantação, tem agravado consideravelmente.

A vinculação da nova ordem mundial aos direitos humanos é atitude nova por parte dos países periféricos, habitualmente classificados de vilões na matéria pelas entidades internacionais especializadas. Como dissociar, porém, a violação de direitos dos modelos econômicos concentradores de renda, emanados do Primeiro Mundo?

A miséria do Terceiro Mundo, fonte de violência e exclusão, não é fenômeno de responsabilidade restrita. O Primeiro Mundo, por suas responsabilidades na formulação das políticas globalizantes, tem meios de reduzir e, gradualmente, extinguir a miséria, mediante ações que integrem e eduquem. Não tem, contudo (e para dizer o mínimo), agido, nessa direção.

De certa forma, age inversamente, quando se empenha em impedir iniciativas de fortalecimento econômico setorial, como o Mercosul. Não há dúvida de que é cabotina a atitude de alguns terceiro-mundistas de querer atribuir todas as mazelas do atraso e do subdesenvolvimento à ação predadora e imperialista das grandes potências.

Mas é também fora de dúvida que não existe, da parte dos grandes, atitude nítida no sentido de erradicar o atraso e a miséria do planeta. Persiste ainda o equívoco de que a servidão dos países periféricos, bem administrada, é sustentáculo legítimo à prosperidade dos grandes. Não há como excluir tal questão da discussão dos direitos humanos.